



## Políticas de avaliação da pós-graduação: autonomia acadêmica, produção crítica do conhecimento e *intelligentzia* universitária

Simone Torres Evangelista\*

Maria de Fátima Costa de Paula\*\*

### Resumo

Nas últimas décadas foi notória a perda de autonomia acadêmica das instituições de educação superior, em especial dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, na medida em que políticas de avaliação passaram a enfatizar valores centrados na produtividade, eficiência, eficácia e atendimento às demandas do mercado. Isso ocorre quando agências de fomento e avaliação do governo (CAPES/CNPq) passam a avaliar e classificar a produção de professores e estudantes da pós-graduação por critérios pautados em valores neoliberais, cerceando as suas pesquisas e resultados, de modo a se enquadrarem aos seus moldes. Isto tem afetado a liberdade acadêmica dos pesquisadores, a qualidade das pesquisas, da produção crítica do conhecimento e da formação no nível da pós-graduação, cada vez mais pressionadas por prazos e exigências burocráticas de tais agências. Cabe indagar qual o novo perfil da pós-graduação e da *intelligentzia* universitária? Os acadêmicos têm resistido ao novo modelo de pós-graduação e produção do conhecimento ou têm internalizado e reproduzido os seus controles? Diante disso e buscando responder tais indagações, o presente texto realiza uma discussão bibliográfica sobre as atuais políticas de avaliação da pós-graduação e seus efeitos sobre a autonomia acadêmica, a produção crítica do conhecimento e o novo perfil da *intelligentzia* universitária.

**Palavras-chave:** Políticas de avaliação da pós-graduação; autonomia acadêmica; produção crítica do conhecimento; *intelligentzia* universitária.

### Introdução

Desde meados do século XX, organismos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) passaram a ter um papel central nas políticas internacionais, uma vez que a eles coube exigir dos países latino-americanos, como “garantia” de pagamento da dívida externa, uma “modernização” dos Estados, tendo como

\* Simone Torres Evangelista é Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense, cursa o doutorado em Educação na mesma instituição e atua como professora na Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro. Endereço eletrônico: sitorres.evangelista@gmail.com

\*\* Maria de Fátima Costa de Paula é Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo e Professora da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (NEPES) da UFF e é Pesquisadora do CNPq. Endereço eletrônico: mfatimadepaula@terra.com.br

# Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



foco a articulação com as empresas privadas e a abertura da economia aos ditames do mercado internacional. A chamada “modernização” deveria ocorrer rapidamente com “ajustes” na esfera pública a fim de adequá-la ao novo regime de acumulação de capital. Nesse sentido, no Brasil, assistimos gradativamente o aprofundamento de políticas neoliberais que tiveram como uma de suas características principais o desmonte da política de “Bem-Estar Social”, conquistada até então.

Vimos acentuar em nosso país um neoliberalismo economicista pautado na desestatização dos serviços públicos. Nesse sentido, a universidade não ficou imune a essas mudanças. Segundo Sguissardi (2006), dentre as proposições dos organismos multilaterais acatadas pelo Ministério da Educação estão: a desresponsabilização do Estado com o financiamento da educação superior com incentivo à diversificação das fontes de financiamento (projetos e contratos de pesquisa com empresas privadas, venda de serviços e consultorias etc.), o crescente controle via sistemas de avaliação, a valorização da qualidade acadêmica em moldes gerenciais em que prevalece a relação custo/benefício, o incentivo à competição intra e interinstitucional, o implemento à diferenciação institucional e à remuneração docente individualizada e determinada pelo volume de produção científica.

Neste cenário, a universidade vê alterado o seu *ethos*<sup>1</sup> de liberdade acadêmica, que até então se assentava na autonomia intelectual. Agora, a política voltada para a gestão das universidades públicas incentiva a venda de serviços educacionais e a sujeição da produção intelectual às demandas da iniciativa privada, seja em busca de financiamento para si ou para sua instituição.

Cabe indagar qual o novo perfil da pós-graduação e da *intelligentzia* universitária? Os acadêmicos têm resistido ao novo modelo de pós-graduação e produção do conhecimento ou têm internalizado e reproduzido os seus controles?

Para alcançar o objetivo desse artigo e responder a tais questões, o presente texto pretende realizar uma discussão bibliográfica sobre as atuais políticas de avaliação da pós-graduação e seus efeitos sobre a autonomia acadêmica, a produção crítica do conhecimento e o novo perfil da *intelligentzia* universitária.

## As atuais políticas de avaliação da pós-graduação brasileira

Inicialmente é necessário salientar que as mudanças sofridas no contexto do trabalho docente nas universidades públicas acompanham as tendências políticas, sociais e econômicas de seu tempo. Nesse sentido, se faz necessário contextualizá-las

---

<sup>1</sup> *Ethos* é uma palavra de origem grega usada para designar hábitos, costumes e traços comportamentais de um grupo.

# Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



historicamente para que possamos entender as relações que se estabelecem em seu interior, bem como refletir sobre os seus efeitos.

Nos últimos anos, em especial a partir de 1995, as políticas educacionais aplicadas ao ensino superior brasileiro vêm acompanhando as reformas defendidas pelo Banco Mundial e endossadas no Acordo de Bolonha.

É possível dizer que ao seguir tais recomendações, o Ministério da Educação (MEC) vem adotando seguidas “modernizações” no contexto das universidades públicas. Elas se caracterizam pela mercantilização do conhecimento e do trabalho intelectual docente e, também, pela gradativa desresponsabilização do Estado quanto ao financiamento e manutenção da educação superior pública. Tal mercantilização vem provocando um processo de “privatização” dessas instituições e a “entrada desenfreada de recursos-não públicos para manter as atividades próprias da universidade” (FIGUEIREDO, 2005), na medida em que essas instituições foram sendo impelidas a buscar financiamentos externos.

A desresponsabilização do Estado quanto ao financiamento das Instituições Federais de Educação Superior (IFES) não tem sido sinônimo de ausência de controle e regulação das atividades acadêmicas, muito pelo contrário. Cada vez mais, o MEC aperfeiçoa seu sistema de controle, avaliação e monitoramento do desempenho das universidades públicas e de seus professores.

Esse controle é ainda mais intenso no contexto da pós-graduação, onde se destaca a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Isso porque o governo federal, a partir da Portaria nº 1.418 de 23 de dezembro de 1998, aprimorou a nota CAPES como mecanismo de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, visando classifica-los de 1 a 7, de acordo com a “organização, o desempenho de cada programa, sua produção intelectual e os demais aspectos pertinentes à sua qualidade acadêmica” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1998).

Não obstante, publicou também a Resolução CES n.º 2, de 7 de abril de 1998 que estabelecia como um dos critérios de avaliação da produção acadêmica dos Programas de Pós-Graduação (PPG) a publicação dos resultados dos trabalhos de investigação em livros ou revistas indexadas. Ou seja, a partir de então, a relevância da produção acadêmica passa a ser medida pela exposição dos “produtos” acadêmicos em periódicos classificados como A ou B.

Tais critérios de avaliação instauram uma insegurança nos acadêmicos proveniente dos constantes julgamentos a que são expostos. Agora é preciso apresentar todo um cenário de produtividade para que um docente ou a instituição sejam reconhecidos como “bons” ou de “qualidade”. Instaura-se o que Ball (2005) chama de performatividade como sistema de terror que expõe, julga, pune ou premia, no qual “o desempenho dos sujeitos ou

# Seminário Internacional de Educação Superior 2014

## Formação e Conhecimento

### Anais Eletrônicos



das instituições serve de parâmetros de produtividade, ‘qualidade’ ou merecimento” (EVANGELISTA, 2013, p. 49).

A performatividade desempenha um papel crucial nesse conjunto de políticas. Ela funciona de diversas maneiras para “atar as coisas” e reelaborá-las. Ela facilita o papel de monitoramento do Estado, “que governa a distância” – “governando sem governo”. Ela permite que o Estado se insira profundamente nas culturas, práticas e subjetividades das instituições do setor público e de seus trabalhadores, sem parecer fazê-lo. Ela (performatividade) muda o que ele “indica”, muda significados, produz novos perfis e garante o “alinhamento” (BALL, 2004, p. 1114).

Tal alinhamento caminha no sentido de adaptar toda a produção acadêmica ao formato mercantilizado, no qual o docente precisa estar credenciado a algum PPG para ser visto como “eficiente” e para que tenha garantido um poder simbólico que lhe sirva de passaporte para concorrer a alguns editais de fomento. Da mesma forma, tende a condicionar sua produção acadêmica aos critérios externos (de revistas, periódicos indexados ou editais de fomento) para manter-se em um PPG, já que não basta ser “eficiente”, para ser valorizado é preciso que o docente seja produtivo e competitivo de modo que consiga “agregar ao seu salário e à própria instituição maior montante de recursos (MANCEBO, 2011. p. 79)”.

Em outras palavras, o professor precisa vender o seu produto (conhecimento), se submetendo aos ditames externos e mercadológicos, muitas vezes à custa de sua própria autonomia, para ser visto como “eficiente”, como um “bom” professor/pesquisador. Nesse sentido, podemos dizer que “bom” é sinônimo de assujeitado/submisso, uma vez que “o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso” (FOUCAULT, 1987, p. 26).

Essas “modernizações” aplicadas ao contexto das IFES não têm apenas o objetivo de transformar técnica e estruturalmente essas instituições, mas também de “reformular” seus docentes, criando novas subjetividades e mudando a forma como veem a si e aos seus pares, enquanto professores ou pesquisadores.

Diante e a partir do aperfeiçoamento e criação desses novos instrumentos de avaliação da pós-graduação, o governo federal estabelece o utilitarismo acadêmico como norteador das pesquisas na educação superior, produz uma verdadeira indústria da produção (MOREIRA, 2002) e busca formatar a atmosfera acadêmica de modo a conformar a *intelligentzia* universitária a um único perfil. Nesse sentido, cabe indagar qual o novo perfil da pós-graduação e da *intelligentzia* universitária? Os acadêmicos têm resistido ao novo modelo de pós-graduação e produção do conhecimento ou têm internalizado e reproduzido os seus controles?





#### O novo perfil da pós-graduação e da *intelligentia* universitária das IFES

O contexto da pós-graduação se tornou o baluarte ideológico de valores, práticas e interesses corporativos. Nesse espaço, a CAPES, através de seus mecanismos de controle e avaliação da pós-graduação, vem cumprindo um papel central que tem provocado efeitos perversos na organização dos PPG.

Tais efeitos vêm afetando a qualidade do ensino, a pesquisa de caráter livre e aprofundado e a orientação dos futuros mestres e doutores. Para além disso, toda a pressão por produtividade afeta as subjetividades de professores e estudantes, de modo que têm-se reconfigurado as relações estabelecidas entre os indivíduos e entre as instituições.

Todo esse cenário afeta o *ethos* universitário e as consequências são nefastas:

[...] privatização das agendas de pesquisa, quebra da autonomia acadêmica, incremento na competição entre os pares, hierarquização do espaço universitário, acréscimo de tarefas às atividades docentes [...], desvalorização ou indisponibilidade para as atividades de graduação; além do incentivo à mercantilização do conhecimento e arrefecimento do potencial crítico que a universidade deve dispor (MANCIBO, 2010, p. 144).

Boa parte do conhecimento já está a serviço da economia e, nesse caso, é possível dizer que a autonomia parece ter dado lugar à heteronomia na produção de ciência (BOURDIEU, 2006), uma vez que as pesquisas têm se orientado no sentido de atender aos temas que possam gerar benefícios financeiros, seja para o pesquisador ou para a sua instituição. Para piorar a situação, é possível perceber que o excesso de atividades desempenhadas pelos docentes das IFES tem comprometido a própria qualidade da ciência, na medida em que diminui o tempo necessário para maturação, reflexão, produção e discussão das ideias. Não é difícil observar, acompanhando as publicações de muitos pesquisadores, que suas ideias se repetem. Elas também acabam sendo adaptadas, de forma improvisada, a distintas temáticas, nas quais o pesquisador tende a apresentar uma inacreditável capacidade de “falar sobre tudo” (MOREIRA, 2002).

Essas mudanças talvez caminhem opostamente aos ideais e aos valores éticos daqueles que concebem o trabalho desenvolvido em um PPG como um rigoroso método de formação para o exercício da pesquisa e do ensino (SAID, 2007).

Não obstante, toda a produção acadêmica tem se voltado para o atendimento às exigências de produtividade, ou seja, para uma venda em que a principal mercadoria é o conhecimento, que passa a ser encapsulado e menos livre.

Esse processo tem seu paralelo no direcionamento empresarial da ciência, tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, presente não só na busca, cada vez mais frequente, de recursos junto à iniciativa privada, como nos editais dos órgãos (públicos) de fomento à produção científica, cuja lógica do financiamento transforma o docente-pesquisador num empreendedor, que adequa sua criação intelectual aos editais e empresas, conforma o seu

# Seminário Internacional de Educação Superior 2014

## Formação e Conhecimento

### Anais Eletrônicos



labor a padrões possíveis, restringindo os temas e metodologias a serem adotadas (MANCEBO, 2011, p. 78).

Assim, na cultura acadêmica mercantilizada, entre os novos atributos valorizados, destaca-se “o empreendedorismo, a gana de captar recursos custe-o-que custar, inclusive em detrimento da própria capacidade crítica” (LEHER; LOPES, 2008, p. 87) e da autonomia acadêmica.

Diante de todo esse empreendedorismo, é necessário o aumento da produtividade, que se traduz na falta de tempo, subtraindo dos professores a oportunidade de criar e participar de momentos de reflexão e discussão coletiva. Por outro lado, os editais de fomento direcionam as novas temáticas de pesquisa, retirando dos professores a autonomia e a liberdade de escolha que caracteriza uma pesquisa de caráter mais ampliado, crítico e voltado para fins mais sociais.

O que se pode dizer é que todo esse movimento exige do docente a intensificação e precarização do seu trabalho, além de alta dose de espírito competitivo e habilidade estratégica para dar conta de todas as atividades pertinentes ao cargo, tais como: orientações, publicações, projetos, patentes, apresentações, participações em eventos e toda a parte burocrática que tais procedimentos demandam.

Cabe observar também que neste cabo de forças, o lado mais frágil é representado pelo ensino e pela extensão, uma vez que hoje a pesquisa é a mais valorizada por gerar produtos – publicações – quantificáveis pelas agências de fomento e avaliação. “O que importa é publicar mais e mais, não necessariamente textos inéditos, criativos e originais, mas ser lido, citado e (re)conhecido nacional e internacionalmente” (PAULA, 2012, p. 55).

Sendo assim, o molde mercantilizado da educação superior para além de criar hierarquias, assimetrias e dicotomias no meio acadêmico, tais como graduação e pós-graduação, pesquisa, ensino e extensão, entre outras, vem acentuando o individualismo e a competitividade na universidade (PAULA, 2010). Hoje a, pelo menos para aqueles que aderem ao mercado do conhecimento e que passam a.

Nessa condição, a indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão é “quebrada” para aquele professor que adere à lógica mercantil do conhecimento, pois ele acaba se desinteressando pelas atividades pedagógicas, por entender que elas são menos relevantes. Desta maneira, o professor tende a desenvolver um trabalho que não estabelece o “nexo instrução-educação” (GRAMSCI, 1995, p.131), perdendo a capacidade de relacionar a realidade com o conhecimento e a teoria com a prática. Assim, esse profissional vai deixando de ser crítico quanto ao seu papel social.

É diante desse contexto que podemos dizer que os acadêmicos não têm resistido ao novo modelo de pós-graduação e têm internalizado que eficiência é sinônimo de produzir



cada vez mais dentro da lógica mercadológica e dos critérios impostos pelas agências de fomento e avaliação. Nesse sentido, a universidade vai deixando de ser um *lócus* possível de mobilização política e de interação crítica com os diversos segmentos sociais. Isso porque as novas formas de poder presentes no contexto dos PPG provocam uma “reconversão intelectual do campo acadêmico” (GENTILI, 2001, p. 100), uma vez que restringem “as condições de produção de um pensamento autônomo e crítico sobre a realidade social e, especificamente, sobre a realidade educacional” (*Ibidem*, p. 100).

A política de avaliação e controle estabelecida no âmbito dos PPG tem conformado “os intelectuais a uma lógica de acomodação suicida” (FERNANDES, 1980, p. 57), em que o “sentido do engajamento intelectual modifica-se significativamente” (PAULA, 2002, p. 303). Essa situação denota que a “*intelligentzia* universitária tem-se curvado cada vez mais às exigências burocráticas dos órgãos de fomento à pesquisa” (*Ibidem*, p. 303). Com isso “o campo intelectual se despolitiza crescentemente em função dos interesses do mercado. O papel crítico [...] tem-se diluído crescentemente em meio à inserção da universidade na lógica racionalizadora do capital” (*Ibidem*, p. 303).

Cada vez mais a *intelligentzia* universitária se encontra imersa na competição, na busca pelo aumento da produtividade, envolta em uma postura pragmática e imediatista que lhe confira algum *status* simbólico. Assim, as subjetividades são construídas de forma que os docentes internalizam que esta é a única forma de atuar, restando-lhes pouco “espaço para um olhar de distanciamento e de estranhamento, tão essencial à postura crítico-reflexiva. Olhar este, que não implica no afastamento dos intelectuais das questões públicas, mas ao contrário, implica no seu envolvimento tenso e crítico com os problemas sociais” (PAULA, 2002, p. 303).

### Considerações Finais

É necessário que a nossa *intelligentzia* universitária se esforce para refletir, junto com os estudantes e demais agentes sociais, sobre os obstáculos que nos paralisam, de modo a tentar superar a alienação posta (Vieira Pinto, 1994). Nesse sentido:

Embora se saiba que a mudança social não constitui uma função da consciência alcançada, intelectualmente ou socialmente, sobre os fatores, os efeitos e as possibilidades de controle dos problemas sociais, tal consciência representa o primeiro passo a ser dado na luta do homem pelo domínio de suas condições reais de existência (FERNANDES, 1976, p. 430).

Nesse sentido, é preciso que os docentes rejeitem o condicionante que tem por objetivo fragmentar ou precarizar as atividades universitárias ou quaisquer

[...] projetos que visam à destituição da universidade pública como *lócus* de produção do conhecimento socialmente relevante [...], até mesmo com o



# Seminário Internacional de Educação Superior 2014

## Formação e Conhecimento

### Anais Eletrônicos



apoio financeiro do poder público [...]. Por fim, vale ressaltar que em todos os níveis deve prevalecer o império do espírito público, condição fundamental para a existência do pluralismo de ideias como possibilidade de consolidação dos ideais democráticos (OLIVEIRA, 2005, p. 147).

Desafiar a atual situação é fundamental. Não podemos nos conformar, internalizar ou naturalizar as exigências e as restrições postas, no contexto dos PPG, pela CAPES ou pelas demais agências de avaliação e fomento à pesquisa, abrindo mão de tão relevante função social que possuímos enquanto intelectuais. Não podemos ceder aos apelos do mercado, do desempenho e da mensuração, uma vez que isso reforça ainda mais a situação de submissão e falta de autonomia das universidades. Não podemos, principalmente, deixar que o Estado “nos eduque”, que nos torne submissos, acrílicos e desconectados do nosso papel de intelectuais críticos. Torna-se urgente a necessidade de nos mobilizarmos e buscarmos alternativas para superar as armadilhas existentes, até porque quando vamos juntos, nos intimidamos menos e somos mais fortes.

#### Referências

BALL, S. J. Performatividade, privatização e o pós-Estado do Bem-Estar. **Educação & Sociedade**. Campinas: UNICAMP, v. 25, n. 89, p. 1105-1126, set./dez. 2004.

\_\_\_\_\_. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005.

BOURDIEU, P. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: Setenta, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Câmara de Educação Superior. **Resolução CES nº 2, de 7 de abril de 1998**. Estabelece indicadores para comprovar a produção intelectual institucionalizada, para fins de credenciamento, nos termos do Art. 46 do Art. 52, inciso I, da Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, [1998]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0298.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

EVANGELISTA, S. T. **Remuneração variável de professores**: produzindo um superador de metas. Rio de Janeiro: ComPassos Coletivos, 2013.

FERNANDES, F. **A sociologia numa era de revolução social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

\_\_\_\_\_. **Brasil**: em compasso de espera. São Paulo, Hucitec, 1980.



# Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



FIGUEIREDO, E. S. A. de. Reforma do ensino superior no Brasil: um olhar a partir da história. **Revista UFG**, n. 2, dez./2005. Disponível em: <[http://www.proec.ufg.br/revista\\_ufg/45anos/C-reforma.html](http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/45anos/C-reforma.html)>. Acesso em: 05/09/2013.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução Raquel Ramallete. 30 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GENTILI, P. (org.) **Universidade na penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária**. São Paulo: Cortez, 2001.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LEHER, R.; LOPES, A. Trabalho docente, carreira, autonomia universitária e mercantilização da educação. **VII Seminário Redestrado – Nuevas Regulaciones en América Latina**. Buenos Aires, 2008. Disponível em: <[www.fae.ufmg.br/estrado/cdrom\\_seminario\\_2008/textos/ponencias/Ponencia%20Roberto%20Leher.pdf](http://www.fae.ufmg.br/estrado/cdrom_seminario_2008/textos/ponencias/Ponencia%20Roberto%20Leher.pdf)>. Acesso em: 25 jan. 2014.

MANCEBO, D. Trabalho docente na educação superior: problematizando a luta. In: DAL ROSSO, S. (org.). **Associativismo e sindicalismo em educação**. Organização e lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011, p. 69-88.

\_\_\_\_\_. Trabalho docente na Universidade do Rio de Janeiro (1995-2008) e efeitos de subjetivação. **Revista Em Pauta: Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, v. 8, n. 26, p. 137-152, dez. 2010.

MOREIRA, A. F. Avaliação e rumos da pós-graduação em educação no Brasil. In: SOUZA, D. B. e GAMA, Z. J. (Orgs.) **Pesquisador ou professor?: o processo de reestruturação dos cursos de pós-graduação em educação no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Quarter, 2002. p. 83-107.

PAULA, M. de F. C. de. **A modernização da Universidade e a transformação da *intelligentia* universitária**: casos USP e UFRJ. Florianópolis, Insular, 2002.

\_\_\_\_\_. Rumo à construção de uma universidade mais democrática e plural. **Revista Conhecimento & Diversidade**. Institutos Superiores La Salle-RJ, Niterói, n. 4, p. 11-24, jul./dez. 2010.

# Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



\_\_\_\_. Políticas de avaliação da educação superior e trabalho docente: a autonomia universitária em questão. **Revista Universidade e Sociedade**. Brasília, Ano XXI, nº 49, p. 51-61, janeiro de 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria nº 1.418, de 23 de dezembro de 1998**. Resolve aprimorar a classificação dos cursos de mestrado e doutorado, segundo o padrão de qualidade que possuem. Diário Oficial União. 24 dez 1998; Seção 1:9.

OLIVEIRA, M. M. de. O articulista Florestan Fernandes. In: FÁVERO, O. (org.). **Democracia e educação em Florestan Fernandes**. Campinas: Autores Associados; Niterói: EdUFF, 2005, p. 147-200.

SAID, E. W. **Humanismo e crítica democrática**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SGUISSARD, V. Reforma Universitária no Brasil – 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 27, n. 96 – Especial, p. 1021-1056, out. 2006.

VIEIRA PINTO, A. **A questão da universidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.